

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 12 de julho de 2022 - Ata n.º 67.

Aos doze dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **67.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito ao Sr. 2.^º Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.^º SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.^º 66, de 11 de julho de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Peço ao Deputado Galo que aguarde um pouco, porque o Deputado Romanelli tem “40 laudas” aqui para leitura ainda. Consulto o 1.^º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, prezado Deputado Galo, que já

se encontra à Tribuna como se fosse, naturalmente, um ambiente natural. Não é? Creio eu, V.Ex.^a, grande orador que é, além de todas as manhãs poder fazer trinar por todos os quintais deste nosso imenso Brasil o seu canto forte e vigoroso. (Procedeu à leitura dos documentos que compunham o Expediente.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 338/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 702/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.132; **Ofício n.º 337/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 613/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.127; **Ofício n.º 336/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 83/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.125; **Ofício n.º 341/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 509/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.124; **Ofício n.º 340/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 248/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.136; **Ofício n.º 334/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 20/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.131; **Ofício n.º 339/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 514/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.126; **Ofício n.º 335/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 412/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.123; **Ofício n.º 333/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 195/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.135; **Ofício n.º 2032/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência ao Requerimento n.º 1323/2022, do Deputado Michele Caputo; **Ofício n.º 2053/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 292/2022, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 2056/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 482/2022, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 2059/2022** da Casa Civil,

encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 1319/2022, do Deputado Michele Caputo; **Ofício n.º 2060/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 1420/2022, da Deputada Cristina Silvestri; **Ofício n.º 2057/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo ao Requerimento n.º 2005/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 2055/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 1989/2022, da Deputada Cristina Silvestri; **Ofício n.º 2051/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 1935/2022, do Deputado Delegado Fernando Martins; **Ofício n.º 2054/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina ao Requerimento n.º 2164/2022, do Deputado Luiz Fernando Guerra; **Ofício n.º 2050/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 1580/2022, do Deputado Michele Caputo; **Ofício n.º 2058/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 1008/2022, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 2052/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 1412/2022, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 310/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 249/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.107. Era isso, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSD): Senhor Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado Adelino Ribeiro.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSD): Queria aqui ser bem breve, mas passar aqui a nota de falecimento do nosso amigo Carlos Alberto Marques, o *Batatinha*, funcionário aqui da Casa que teve um enfarte fulminante ontem e veio a falecer. Então, que Deus possa confortar a família dele, todas as pessoas da sua família. Que Deus possa, neste momento tão difícil da família,

porque a pessoa quando morre em um enfarte como foi, fica aqui o nosso sentimento à família do *Batatinha*, funcionário aqui da Casa, uma pessoa que tínhamos uma boa amizade, e que Deus possa confortar a família dele.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra, Deputado Galo.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Galo, Professor Lemos; e Douglas Fabrício.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, membros da Mesa Diretora, o assunto hoje aqui é radar, mas é um Projeto de Lei. Vou olhar ali o Professor Lemos. O Professor Lemos também tem falado muito nessa linha. Então, venho aqui, hoje, Ex.^{mo} Sr. Deputado Lemos, também pedir que V.Ex.^a avalie, para somar a este Projeto de Lei que estou apresentando na Assembleia hoje. Gostaria que aqueles que se sentem vilipendiados nos seus direitos, como motorista, em Curitiba, que se atentem para esse detalhe. É um Projeto de Lei baseado na maior, em uma Lei Federal, só que a Lei Federal quando ela trata de radares, ela é bem leve e deixa mais a cargo dos municípios, e aí o município vem para cima com fome: *Vamos arrecadar! Vamos arrecadar!* Meu Deus do céu, em cada esquina que passamos tem uma árvore. Atenção! Porque a sinalização é essa: uma árvore, atrás tem um radar. Opa, tem um poste, atrás tem um radar. E os radares são confundidos no dia, porque a cor prata ou a cor de alumínio bate o sol e você não vê. O tempo, como dizia a minha avó, está lusco-fusco e você não vê direito. Quando você vê, você passou, você nem sabia que tinha radar, e aí vem a multa. Então, não querendo ser repetitivo, Dr. Turini, mas quero apresentar a esta Casa de Leis para que avalie, para que possamos juntos solicitar, depois, se passarmos aqui na Casa de Leis e o Governador sancionar, para que possamos melhorar a interpretação de uma Lei Federal. Senão vejamos: quero colocar aqui que este Projeto, vou colocar os óculos porque o meu DNA, Orlandão, já está exigindo óculos aqui. Então, vamos lá. O Projeto estabelece que somente será admitida a instalação de instrumentos de medição de velocidade se houver registro luminoso de velocidade. Uma vez que a existência de radares luminosos promove o quê? A educação, senhoras e senhores. A educação de nós

condutores, mediante o efeito coercitivo, para que o motorista adeque imediatamente a velocidade limite da via. Hoje é diferente. Quando você vê, chega à sua casa: *Assina aqui!* Aí o nobre carteiro ou carteira bate lá: *Bom dia! Bom dia! Seu Paulo Galo, está? Sou eu. Oh, Galo, tem um presente aqui da Prefeitura.* Quando vejo Prefeitura, abro, falo: *É multa, é multa, é multa.* Abri, é multa. Passei em um radar que nem sabia que existia. Volto ao local, está ali o radar. Ali na Avenida Nossa Senhora da Luz, mas tem uma árvore que cortaram os pedaços, mas ele está lá atrás. É um abuso, é um assalto ao nosso bolso, e à nossa inteligência. Então, senhoras e senhores, o Projeto de Lei que estou apresentando hoje é para coibir esses abusos, e assim espero conseguir e levar essa sensação de alívio para todos. E aquele radar maldito que tem ali na Marechal Deodoro com a Floriano, dizem que ele não vale. Então, as multas ali aplicadas tem que ser anuladas. Como último, o Deputado Requião falou-me que já apresentou também, nesta Casa de Leis, a questão de que haja isenção de IPVA também para os motoboys, não é, Deputado? Não queria chamar de motoboys, mas são os motoboys que são os trabalhadores, entregadores de aplicativos. Vossa Excelência deve saber da Resolução Federal, aí vem para cá para que cada um adeque ou não. É aguardar. São motos de até 170 cilindradas, que normalmente são utilizadas por esses trabalhadores e entregadores de aplicativos. Senhor Presidente, Traiano, vida longa!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado Soldado Fruet.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Sim, senhor. Senhor Presidente, o motivo para minha intervenção, até peço desculpas ao Professor Lemos, mas é somente para lamentar e trazer ao conhecimento dos meus pares da Assembleia aqui a triste perda para o Estado do Paraná, para a polícia e principalmente para os familiares envolvidos, porque são esses que estão

sofrendo. O falecimento de dois policiais, Sr. Presidente: Soldado Fabiano Sobrinho e Soldado Ramon Goulart, lotados no 25.^º Batalhão de Umuarama. Eles estavam em serviço, em diligência na região de Icaraíma e acabaram sofrendo um acidente na Estrada do Boiadeiro, capotaram a viatura, foram ejetados inclusive do veículo e acabaram perdendo a vida. Lamentamos a morte e tudo mais. Um triste fato. O que temos aqui são minhas condolências à família. E o Soldado Fabiano e o Soldado Ramon que descansem em paz. Até pediria, Sr. Presidente, se pudesse pedir um favor, um minuto de silêncio em nome desses nobres guerreiros, e agradeço de coração. Senhor Presidente? Senhor Presidente, até pediria, se o senhor pudesse, por favor, um minuto de silêncio. Só pedir esse minuto de silêncio em nome desses policiais. Agradeço de coração.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado.

(Respeitou-se um minuto de silêncio.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Professor Lemos...

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado Michele.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Pedi, agradeço a atenção do Professor Lemos, fui incumbido pelos amigos do HC de informar aqui em Plenário sobre a feijoada que eles farão no dia 6/8. Até passei no grupo dos Deputados da Assembleia, porque eles vão circular hoje e amanhã pelos gabinetes para buscar vender esses convites, que é uma fonte de renda importante para essa associação histórica que já teve, por exemplo, Euclides Scalco como Presidente, e isso ajuda muito esse grande hospital, que é o maior hospital público do nosso Estado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Agora sim, com a palavra o Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo em que cumprimento toda a população que acompanha a nossa Sessão. Também quero aqui me solidarizar com toda a Polícia Militar do Paraná, com o Corpo de Bombeiros, com os familiares e amigos dos policiais que perderam as vidas precocemente. Os meus sentimentos e a minha solidariedade. Quero aqui, Sr. Presidente, falar de um Projeto que apresentamos ontem, o Projeto de Lei n.^º 313/2022. Esse Projeto n.^º 313/2022 pretende instituir o Programa *Bolsa Juventude Rural*. O que é isso? Isso é um estímulo para jovens de 15 a 29 anos da agricultura familiar, de baixa renda, para frequentar o ensino médio. Encontramos na nossa agricultura familiar jovens que não frequentam o ensino médio porque são colégios mais longe de suas residências e acabam fazendo apenas o ensino fundamental, que são escolas mais próximas de casa. Tem casos em que esse jovem precisa ficar morando longe de casa, precisa ficar em regime de internato, como é o caso das Casas Familiares Rurais, que no Paraná temos 18 funcionando, e lá se formam inclusive técnicos em agropecuária. Mas temos jovens que não têm transporte garantido e são famílias de baixa renda, não conseguem ir muitas vezes e voltar no mesmo dia. Então, é importante que este programa seja instituído no Paraná. Ele já é instituído como um programa permanente no Rio Grande do Sul e faz a diferença para os jovens agricultores de baixa renda no Rio Grande do Sul. Então, é um Projeto importante. Quero pedir a atenção de todos os Deputados e Deputadas. Inclusive, 15 de julho é o *Dia Estadual do Jovem Rural*, uma lei de nossa autoria que está sendo comemorada agora neste dia 15 e vamos comemorá-lo com uma Audiência Pública, que será às 15 horas do dia 15. Quero aproveitar aqui para fazer o convite para todos e todas que puderem participar. A nossa juventude do campo, principalmente da agricultura familiar, precisa de apoio. E o debate que faremos no próximo dia 15, agora, nessa Audiência, será a sucessão rural. E não é o Professor Lemos que tem inventado isso, não! Isso é uma demanda que veio da juventude. Primeiro trouxeram a proposta de criarmos o dia 15 de julho como um dia dedicado à juventude rural, depois a juventude organizada nos vários movimentos e entidades do campo nos trouxeram a demanda para criar este programa, que é o *Bolsa Jovem Rural*, para fazer com que a juventude do campo tenha

condições de estudar, aquela juventude de baixa renda que hoje está fora da escola. Então, a própria juventude está se movimentando no Estado e usando o mandato como um instrumento, como uma ferramenta para propor demandas importantes para a nossa juventude. Então, fica aqui o convite para todos os Deputados e Deputadas apoiarem o Projeto, fica aqui também o convite para todos e todas participarem da Audiência Pública que será promovida por esta Assembleia Legislativa, que será virtual, então mesmo quem não pode vir até aqui poderá acompanhar pela televisão, pelas redes sociais da Assembleia Legislativa e também do nosso mandato e também no Facebook das entidades que participarão e estão organizando essa Audiência Pública... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir, Sr. Presidente. E também pelo *Facebook* das entidades que são promotoras também dessa Audiência Pública conosco aqui na Assembleia Legislativa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa dos multiplicadores da embaixada da ONG Politize, de Curitiba, Felipe, Daniela, Poliana, Nilton e Fernanda, por solicitação do Deputado Goura. Sejam todos bem-vindos. Próximo orador, Deputado Douglas Fabrício.

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (CDN): Presidente Deputado Ademar Traiano, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas e também pessoas que nos acompanhar por meio das redes sociais desta Casa Legislativa. Presidente, vou usar aqui o horário do Pequeno Expediente, cinco minutos, para falar de um fato lamentável que ocorreu em Campo Mourão nessa noite anterior. Já ouvi aqui alguns se manifestando falando da morte dos policiais, também fizemos um minuto de silêncio pela morte dos policiais, falado aqui pelo Deputado. Em Campo Mourão morreu, faleceu de acidente, nessa noite passada, um acidente de moto, o Sr. Sidnei Ronaldo Ribeiro, Vereador lá na cidade, Vereador com um apelido bastante conhecido, era Tucano o apelido dele. Ele exercia o segundo mandato de Vereador, participou pela primeira vez

de uma eleição municipal em 2012, quando recebeu 681 votos, depois, em 2016, fez 2.094 votos e agora se elegeu com 939 votos. Então, foram três disputas e duas eleições. Ele era uma pessoa bastante carismática, popular, muito bem relacionado com a população e amigo nosso. Na primeira gestão ele foi 2.º Vice-Presidente da Mesa Executiva do Poder Legislativo do município e atualmente ele era o 1.º Secretário. Ele deixa a esposa Edna e os filhos Jeferson Estevão Ribeiro, Vitor Antonio Paloski Ribeiro e Lucas Miguel Paloski Ribeiro. Ele era natural da região, da cidade de Terra Boa, nascido no dia 30 de novembro de 1977. Era filho de Antonio José Ribeiro e da Dona Vita da Silva Ribeiro. Era empresário do ramo de eletroeletrônicos. Estamos protocolando aqui um voto de pesar e até iria conversar com o Deputado Marcio Nunes para protocolarmos juntos, mas não o estou vendo aqui no Plenário no momento, e gostaria de pedir se pode acrescentar o nome do Deputado Marcio Nunes neste voto de pesar, nós dois Deputados de lá e nós dois somos amigos do falecido Tucano. Muito triste, não é, perder uma pessoa por um acidente. Infelizmente, estamos falando de uma situação bem triste. Mas, Campo Mourão, na história de Campo Mourão já morreram três Vereadores no mandato. Agora, queria falar aqui também a mensagem que o Tucano escreveu na Sessão dessa segunda-feira passada, que teve a Sessão de manhã lá, ele escreveu assim nas redes sociais, ele falou: *Que a nossa semana seja leve, abençoada, iluminada, produtiva e muito feliz.* Ele postou nas redes sociais dele, isso estou vendo em um site que é bastante acessado lá, chamado *Boca Santa*. Aí, ele infelizmente veio a falecer. Deixar aqui registrado também, como falei da morte do Tucano, falando aqui da morte dos outros dois Vereadores. Em 74 anos de história, Campo Mourão perdeu, no exercício do mandato, três Vereadores. O primeiro foi Laurentino Batista Guimarães, em 14 de maio de 1954. Ele era da segunda legislatura de Campo Mourão e foi substituído por Napoleão Batista Sobrinho. O segundo foi Edson Battilani, em 9 de setembro de 2020. Edson Battilani era um Vereador muito atuante, muito responsável, um trabalhador, que morreu de Covid, Deputado Michele Caputo, morreu de Covid, infelizmente. Ficamos emocionados de falar do Battilani, porque ele era bem amigo nosso. Quem entrou no lugar dele lá é o Vereador Claudinei Grella. Infelizmente, agora, o Tucano Ribeiro, a quem chamávamos, que é o terceiro Vereador que morreu em um acidente de moto,

na madrugada dessa terça-feira. A vaga dele será ocupada pelo Olivino Custódio. Então, ficamos muito sentidos pela morte do Vereador Tucano. Deixamos as nossas condolências aqui a todos os familiares dele, aos amigos dele, aos eleitores dele e as pessoas que gostavam do Tucano. Só Deus pode confortar o coração... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO (CDN): Para concluir, Presidente. Só Deus pode confortar, então, o coração dos familiares e dos amigos do Tucano e que Deus receba a alma do Tucano também em um bom lugar. Muito obrigado pela atenção de todos os Deputados, por nos ouvirem neste momento de tristeza. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença aqui na Mesa do filho do nosso Deputado Jonas Guimarães, Luciano Guimarães. Seja bem-vindo aqui, nosso companheiro, filho do Jonas Guimarães. Pela Liderança do PP, Deputado Soldado Adriano José. Não o vejo aqui no Plenário. Já estamos no horário da Liderança do Governo, Deputado Marcel Micheletto. Deputado Marcel, com a palavra.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, vou fazer uma fala muito breve aqui. Queria só agradecer aos Deputados que tiveram hoje uma participação lá no GGI, em uma conversa muito franca, importante e salutar. Essa é a minha função que tenho tentado fazer, aqui, como Líder do Governo. Buscar os entendimentos, ouvir as sugestões, as contribuições, para que possamos avançar em vários temas. Hoje, um tema muito importante, que é o tema da educação. Fiquei feliz com a quantidade de Deputados que estavam conosco, para que pudéssemos construir algo que fosse interessante, principalmente, para os municípios. Tivemos também hoje lá a própria AMP, o nosso Presidente Junior, Presidente da Associação dos Municípios do Paraná. Estamos construindo um entendimento que seja interessante e contribuições que tivemos do Deputado Homero, do Deputado Tião, do Deputado Tercílio, também do Deputado

Evandro. Vários Deputados que, por meio desse diálogo franco, que acho que é a minha posição como Líder, que devo fazer, com a Bancada da Base. Todos estamos construindo importantes instrumentos com o nosso povo paranaense e para os municípios. Então, queria agradecer imensamente a contribuição de todos os Deputados que estiveram hoje lá no Palácio Iguaçu e dizer que vamos encaminhar algo que seja importante, principalmente, para os pequenos municípios, que possa ser o menos traumático a todos eles. Por meio do diálogo e da responsabilidade que temos, da maturidade, do espírito público de todos os Deputados, estamos construindo um grande entendimento. Queria agradecer essa conversa, desse chamamento que fizemos lá no GGI hoje. Vários Deputados participaram e o Nelson também fez a sua contribuição, o Luersen, vários outros Deputados. Então, acho que é importante essa construção, esse entendimento, essa busca, para que possamos evoluir, principalmente, nessa decisão tomada pelo Governo, acompanhando uma regra geral que vem do Governo Federal, para que possamos melhorar e encaminhar isso com relação aos Prefeitos e Prefeitas do Estado do Paraná. Dizer que foram muito importantes essas contribuições todas. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Consultamos... Com a palavra, pela Liderança da Oposição, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, usando este momento que é da Oposição, gostaríamos aqui, Sr. Presidente, de falar um pouco sobre este momento que vivemos no País, um momento que nos remete a uma grande reflexão e ao mesmo tempo a uma grande responsabilidade, como Parlamentares no Estado do Paraná, mas também responsáveis pela situação que vive o povo brasileiro. Temos dados que nos assustam muito no País, que vêm com relação à fome que está ocorrendo com o povo brasileiro. Saímos em 2018, tínhamos no Brasil cerca de 10 milhões de pessoas que passavam fome. Hoje, Sr. Presidente, em 2022, temos 33 milhões de pessoas passando fome. Temos mais da metade da população brasileira que vive na insegurança alimentar. Isso significa pessoas que não sabem realmente como vão se alimentar no dia de amanhã, que não

sabem quais alimentos terão à disposição. Isso é muito triste, quando vemos um Brasil empobrecido; um Brasil em que cresce o desemprego; um Brasil onde as pessoas estão perdendo a esperança; um Brasil que está sendo a cada dia, por quem governa o nosso País, disseminando o ódio, a raiva, a violência. Não é esse o Brasil que queremos. Não é esse o Brasil que sonhamos. Sabemos que, como Parlamentares, buscamos aqui todo dia apresentar projetos de lei que tenham impacto na vida das pessoas, um impacto positivo, mas não é isso que vemos por parte de quem governa o nosso País e também aqui no Estado do Paraná. Não vejo isso também por quem governa o Estado do Paraná, essa preocupação com a saúde, com a educação, com o emprego das pessoas paranaenses. Por isso que fica para nós uma grande pergunta: como também como Parlamentares, o que podemos fazer para que o povo brasileiro, e aqui incluindo o nosso povo paranaense, volte a ter esperança, volte a sonhar e ter a certeza de que o seu sonho pode ser realizado? Precisamos apresentar projetos que realmente impactem a vida das pessoas, assim como cobrar de quem governa o nosso Estado e o nosso País, projetos que tenham essa responsabilidade de dar uma vida mais digna ao povo paranaense e ao povo brasileiro. Também uma preocupação muito grande que temos e que queria trazer aqui e compartilhar com todos os Parlamentares, especialmente, a Deputada Mabel que falava isso no dia de ontem, sobre a violência que ocorre contra a mulher. Um projeto, Deputado Tadeu, também de Vossa Excelência que também trouxe aqui a questão da violência que ocorre contra a mulher nos estádios, que é muito importante fazermos esse debate. O Deputado Lemos também apresentava alguns dias atrás e essa Deputada subscreve com ele um projeto que combate a violência doméstica. Essa preocupação da violência que ocorre contra a mulher cresce a cada dia. Infelizmente.

Deputado Goura (PDT): Deputada, depois me permite um aparte? Deputado Goura.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Já na sequência, Deputado Goura. Infelizmente, falo que não existe lugar seguro para a mulher, nem em casa, nem nas ruas, nem nos estádios de futebol. Não existe lugar seguro para a

mulher, porque em cada lugar que ela for, ela corre o risco de sofrer algum tipo de violência. Precisamos combater isso e precisamos combater com ações, com projetos de lei e com ações, com campanhas, que possam ir conscientizando a população de que precisamos viver em um mundo onde sejam respeitados e onde a mulher seja vista e respeitada como sujeito de direitos. O que vimos ocorrer nessa semana e as notícias que vimos com relação ao médico anestesista sobre a violência ocorrida por ele contra mulheres no momento do parto, no momento em que ele ia anestesiar a paciente, infelizmente nunca imaginava, Deputado Goura, nunca imaginava isso na minha vida, de ouvir e de assistir a uma notícia como essa que vimos por parte desse médico, se é que devemos chamar de médico. É lamentável, é lamentável o que vem ocorrendo, a violência que vem ocorrendo, e já ouvimos falar de vários tipos de violência contra a mulher, mas essa, Deputado Tadeu, nunca tinha ouvido falar, e nos deixa estarrecidos, deixa-nos pasmos, parece que perdemos a ação, parece que ficamos impotentes diante de tal situação. Então, o Brasil precisa se mobilizar, o Governo, ou seja, o Governo Federal, os Governos, e aqui também falar do Estado do Paraná, precisam ter ação mais concreta de enfrentamento à violência contra a mulher. Deputado Goura com o aparte.

Deputado Goura (PDT): Deputada Luciana Rafagnin, parabenizo V.Ex.^a fazendo a Liderança da nossa Bancada de Oposição hoje por trazer novamente esse tema, com a Deputada Mabel, Deputada Mara, principalmente a Bancada Feminina aqui da Casa. Senhor Presidente, há um enfrentamento por parte de todos nós contra a violência obstétrica, projetos de leis, requerimentos, discussões, mas o caso que houve no Rio de Janeiro, como foi falado pela Débora Diniz, importante liderança das pautas feministas brasileiras, não é violência obstétrica, é uma tortura, é uma barbárie, e acho que isso exige de todos nós, principalmente homens, posicionamento firme contra isso. É inaceitável o que ocorreu, e que esse criminoso pague pelos seus crimes. Parabenizar, Deputada, por toda a luta, temos aqui grandes desafios, enormes desafios. Participei e falei isso na reunião da Comissão da Mulher, que participei como membro, como é triste participarmos de uma reunião onde a pauta é quase que exclusivamente um enfrentamento à

violência a qual as mulheres paranaenses são submetidas. Então, toda a nossa solidariedade, toda a nossa força nessa luta.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Obrigada, Deputado Goura. Realmente essa é uma situação muito triste, e esperamos, Deputado Goura, a nossa esperança vem com uma educação, vem com essas crianças, com esses jovens que estão vindo, e que estão tendo outra educação, outra formação. Precisamos vencer essa cultura machista que ainda temos na nossa sociedade, precisamos fazer com que as mulheres realmente possam ser respeitadas, mas só vamos mudar essa situação quando todo mundo tiver consciência disso, consciência também dos seus atos e consciência daquilo que pode fazer para mudar essa realidade. Infelizmente é lamentável que a mulher tenha que acordar todo dia e pensar o que poderá acontecer com ela nesse dia. É muito triste vermos a violência que ocorre de diversas formas, seja ela violência sexual, violência física, violência moral, violência psicológica, violência política, qualquer tipo de violência temos que repudiar. E temos que mudar, sim, essa realidade. E por isso precisamos muito, mas muito mesmo da colaboração, desse entendimento de todos os Parlamentares, e que possamos aqui aprovar projetos, Deputada Mabel, porque tem inúmeros projetos que fazem esse enfrentamento à violência contra a mulher. Mas precisamos fazer com que esses projetos sejam aprovados e que depois essas leis sejam colocadas em prática, porque não adianta também aprovarmos leis e essas leis ficarem como leis de gavetas, leis sem ação. Precisamos fazer com que esses projetos sejam aprovados e colocados em prática, e tenho certeza de que da mesma forma, se for aprovado, se for colocado em prática, toda ação vai fazer com que possamos diminuir essa violência que ocorre contra a mulher, e vai fazer com que possamos ter pelo menos uma sociedade mais humana, um pouco mais igualitária, e acima de tudo uma sociedade que respeite realmente a mulher. Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Temos duas presenças importantes aqui na Casa, o filho da Mabel, que não sei o nome, e deve ser a filha também.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): É o Luca e a Milena que estão aqui hoje.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Luca e Milena. Sejam bem-vindos aqui à nossa Assembleia. Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Maria Victória (PP), Marcio Pacheco (REP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD), Tadeu Veneri (PT) e Tião Medeiros (PP) (50 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Cobra Repórter (PSD) e Luiz Carlos Martins (PP) (4 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o nº 321/2022**, do Deputado Bazana, que institui diretrizes para a criação e funcionamento do

Fundo Estadual de Apoio à Pessoa com Deficiência, Transtorno do Espectro Autista e Síndrome de Down; **Autuado sob o nº 322/2022**, do Deputado Coronel Lee, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Keiji Hamada; **Autuado sob o nº 323/2022**, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Alexandre Curi, que concede ao município de Rio Branco do Sul o Título de Capital do Cimento; **Autuado sob o nº 324/2022**, de autoria do Deputado Homero Marchese, que determina a divisão de banheiros de uso coletivo nas instituições de ensino do Paraná de acordo com o sexo biológico do usuário; **Autuado sob o nº 325/2022**, de autoria do Deputado Galo, que estabelece diretrizes complementares para instalação nas vias urbanas e rodovias estaduais do Estado do Paraná de instrumentos eletrônicos de medição de velocidade e dá outras providências.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 608/2021, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que denomina Rodovia Izidoro Dalchiavon o trecho da PR-281 que liga o município de Itapejara D'Este ao entroncamento com a PR-562. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Substitutivo geral de plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos apreciar neste turno Substitutivo geral aprovado em segunda discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Mais uma vez, reforçar a convocação aos Deputados membros da Comissão de Meio Ambiente, a reunião ordinária imediatamente após a Sessão na sala aqui ao lado Caito Quintana.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendente o voto do Deputado Soldado Adriano José. Deputado Chico Bührer está chegando ao Plenário. Deputado Doutor Batista.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Presidente, o meu voto é “sim”, não está aparecendo aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não está aparecendo, Deputado?

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Agora apareceu aqui, Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Votação... Deputado Francisco Bührer, V.Ex.^a tem que registrar presença para votar. Ou o seu voto é “sim”, registramos aqui. Ok. Voto “sim”, Deputado. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Bührer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Requião Filho, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (41 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Maria Victória, Nelson Justus, Plauto Miró, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo geral.**

ITEM 2 – 3.^a Discussão do Projeto de Decreto Legislativo n.^º 5/2022, de autoria da Comissão Executiva, que reconhece para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal n.^º 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos termos da solicitação do Governador do Estado do Paraná encaminhada por meio da Mensagem n.^º 51, de 27 de junho de 2022. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de urgência. Emenda da Comissão de Finanças e Tributação com parecer favorável da CCJ. Subemenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos apreciar neste turno Subemenda aprovada em segunda discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como votam os Deputados Adriano José, Francisco Bührer, Cristina Silvestri e Alexandre Curi?

DEPUTADO GUTO SILVA (PP): Traiano, peço para confirmar meu voto “sim”, porque a nossa certificadora digital está lenta.

DEPUTADO FRANCISCO BÜHRER (PSD): Senhor Presidente, meu voto é “sim”, estou com dificuldade no sistema.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Francisco Bührer, voto “sim”. Deputado Guto Silva..., votou. Somente ainda a Deputada Cristina Silvestri. Francisco Bührer já registrou o voto. Votação encerrada, Sr.^º Deputados: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo**

Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (43 Deputados); Votou não: Homero Marchese (1 Deputado); Não Votaram: Ademar Traiano, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Francisco Bührer, Luiz Carlos Martins, Maria Victória e Nelson Justus (10 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e 1 voto contrário, está aprovada a Subemenda. Quarenta e quatro votos, com o voto do Deputado Francisco Bührer. Está aprovada a subemenda.

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 385/2019, de autoria do Deputado Soldado Fruet, que obriga as empresas que desejam contratar com o Estado do Paraná, suas autarquias, empresas públicas e fundações a comprovar o cumprimento das leis e decretos no que concerne a inclusão do aprendiz. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda, Comissão de Defesa dos Direitos da Juventude e Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente, do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Substitutivo geral da CCJ.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Soldado Fruet.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Alegra-me fazer o encaminhamento de hoje por se tratar de um Projeto que protocolei lá em 2019, no início do meu mandato aqui nesta Casa de leis. Enquanto trabalhei nas ruas, Sr. Presidente e demais colegas, representando a nossa gloriosa PMPR, senti na pele a dor e a impotência de ver um choro de uma mãe ao ver seu filho ou filha aliciado pelo crime em virtude da falta de oportunidade dos adolescentes para entrar no mercado de trabalho. Preconceito, falta de experiência, educação precária, instabilidade familiar, são muitos fatores que, por vezes, em nossa sociedade, dificultam o acesso dos nossos jovens ao trabalho. Infelizmente quem não perde esta oportunidade de entrar nas famílias brasileiras é o crime. Marginais não têm

escrúpulos e muito menos dó da falta de oportunidade e aliciam os nossos menores ao crime. Por isso, quando me tornei Deputado quis logo apresentar um Projeto que pudesse alterar essa realidade. Este é o Projeto n.º 385/2019 que estamos votando em 2.ª discussão. A proposta é simples, Sr. Presidente, ou seja, faz com que o Estado, que é um dos maiores, se não o maior gerador de empregos indiretos, utilize a sua força para que os nossos adolescentes tenham suas oportunidades garantidas por lei, por meio do Projeto que deve ter a contribuição de diversos Deputado e seu trâmite, inclusive a primeira foi unânime na discussão de ontem acerca da legalidade, motivo que agradeço à Base e à Oposição. Estamos alterando a Lei Estadual de Licitações para que o Estado seja obrigado a verificar no momento da habilitação em licitação que o potencial contratante cumpra o número mínimo máximo das vagas para os aprendizes, dispostos na Lei Federal n.º 10.097/2000. Lembro que o contrato de aprendizagem é um contrato de trabalho especial, em que o empregador se compromete a segurar a um maior de 14 e menor de 18 anos inscritos em programas de aprendizagens, formação técnico-profissional metódica compatível com seu desenvolvimento, de maneira similar. O contrato de aprendizagem se estende aos aprendizes com deficiências nas idades entre 14 e 24 anos. Portanto, Sr. Presidente, a proposição cria um instrumento para fiscalizar e garantir número mínimo de aprendizes nas empresas de médio e grande porte contratantes com o Estado, com o objetivo que os nossos jovens tenham oportunidades e possam explorar suas capacidades para o futuro. Por isso, Sr. Presidente, fico feliz em ter a chance, em conjunto com meus colegas Deputados e Deputadas aqui desta Casa, mudar o destino e a vida dos nossos jovens adolescentes paranaenses. Peço voto “sim” a esse Projeto. Muito Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição encaminha o voto “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim” ao Projeto do nosso Soldado Fruet.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não quero falar nada, mas acho que o Deputado Soldado Fruet já está encostando. Ainda pendentes os votos dos Deputados Dr. Batista, Alexandre Curi e Homero Marchese. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (46 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Cobra Repórter, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins e Maria Victória, (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo geral.**

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 367/2021, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que cria e dispõe sobre a campanha permanente de incentivo à participação de mulheres e população LGBTI em eventos esportivos e combate à violência contra as mulheres e como base no gênero nos estabelecimentos desportivos em especial estádios de futebol no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.^º 1, Coronel Lee, Marcio Pacheco, Ricardo Arruda, Delegado Jacovós, Homero Marchese, Soldado Adriano José, Gilson de Souza e Alexandre Amaro.) O Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 5 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 413/2020, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que dispõe sobre o exercício de função de piloto de aeronaves, operados pela polícia militar e pelo corpo de bombeiros do Paraná, pelos praças da polícia militar e do corpo de bombeiros do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Segurança Pública e Comissão de Obras

Públicas, Transporte e Comunicação. Substitutivo geral da CCJ. Em discussão o Projeto.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Soldado Adriano José.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados. Este é um Projeto de Lei que corrige uma grande injustiça na Polícia Militar hoje do Estado do Paraná. Vou trazer para o campo prático. Quando nós, qualquer cidadão entra em uma aeronave, para nós pouco importa quem está ali no comando dessa aeronave, desde que essa pessoa que esteja ali cumpra todos os requisitos e exigências que são requisitadas pela Anac, Agência Nacional de Aviação Civil. E hoje dentro da Polícia Militar do Estado do Paraná não existe uma lei federal, uma lei da Anac que proíba Praças da Policia Militar de poder pilotar aeronaves. O que acontece na prática é que os nossos Praças hoje que têm vontade de pilotar aeronaves ou helicópteros, fazem um curso com dinheiro particular deles, eles pagam esse curso, eles fazem as horas que são necessárias ali exigidas pela Anac, com seu próprio dinheiro para poder pilotar, diferente dos nossos oficiais. Os nossos oficiais hoje fazem o curso para pilotar aeronaves, mas quem paga todo o curso deles é o Estado. Tanto para eles poderem fazer o curso, bem como para fazer as horas-aula para poder pilotar. Portanto, é só uma questão interna dentro da Polícia que não deixa os Praças, que têm todos os requisitos exigidos pela Agência Nacional de Aviação Civil para poder pilotar. Então, esta Casa de Leis que tem como uma de suas bases corrigir injustiças dentro de instituições, no caso hoje da Polícia Militar, é uma grande oportunidade para que possamos valorizar mais ainda a base da Polícia Militar. Por isso, peço o voto “sim” a este Projeto de Lei.

DEPUTADO CORONEL LEE (PDC): Para encaminhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Coronel Lee.

DEPUTADO CORONEL LEE (PDC): Senhor Presidente, Sr.^o Parlamentares. Acho que é uma questão muito acima do que regem as regras da Anac. Nós, militares, não somos melhores, nem piores, somos diferentes, senhores. O que quero falar para o Sr. Presidente é baseado na Constituição Federal, art. 42, 142 e 144. E também a Constituição Estadual, art. 66. A constitucionalidade sobre a 42 e 142, fala sobre a hierarquia e a disciplina. Senhores, uma aeronave militar no mundo inteiro, o comandante supremo da aeronave é o piloto. E nas forças policiais, senhores, ele não coordena, não comanda somente a aeronave, ele comanda as operações terrestres. Esta é a razão de ter que ser um oficial. É muito simples de entender. Não somos melhores, nem piores, somos diferentes. Quem comanda operações policiais de grande porte, quando tem um apoio aéreo, que são operações policiais de grande porte, tem um grande efetivo lá embaixo, ele coordena o piloto da aeronave, comanda as operações terrestres também. Essa é a grande diferença, senhores. Pode ter oficiais ali embaixo e ele coordena. Não sei se o Deputado Soldado Adriano sabia disso, ele está fazendo ato de protesto, mas estou falando tecnicamente aqui. Outra situação, estamos, senhores, a Casa de Leis, está mandando, está fazendo leis em cima de outra instituição. Quem é o Comandante e Chefe da Polícia Militar? O Governador. Ele é o Comandante e Chefe e estamos mandando na casa dele, art. 66 da Constituição Estadual, III: “É iniciativa do Governador a organização das polícias civis, polícias militares”. Então, senhores, a iniciativa está errada, tem que partir do Governador. Qual o parecer do alto comando da corporação? É contra. Qual é o parecer da Secretaria da Segurança? É contra. Já temos dois pareceres fortes do Executivo, que são contra; temos pareceres nas mãos. A Aeronáutica, senhores, a Aeronáutica tem Centro de Formação próprio. Eles mesmos formam seus pilotos, ainda não temos Centro de Formação próprio, por isso que mandamos para a Anac. E quem é que pilota lá, senhores? O curso de piloto da Aeronáutica equivale ao nosso mestrado aqui, na Polícia Militar, somente capitães fazem o mestrado na Polícia Militar do Paraná, ou melhor, no Brasil inteiro. E esse curso de piloto equivale ao mestrado, que é somente para

capitães. Isso na Aeronáutica. Para vocês verem a importância que é um piloto. No mundo inteiro, senhores, no mundo inteiro, um comandante de aeronave equivale ao comando de uma unidade militar. Os senhores sabem o que é isso? É a mesma coisa que comandar o Bope, comandar uma aeronave é a mesma coisa que comandar o BP-Choque. É isso que equivale, senhores, no mundo inteiro. E no mundo inteiro, senhores, qual é o requisito para ser piloto? Escola de Oficiais. Esse é o requisito no mundo inteiro. Então, uma questão que falo desde o início: não somos melhores nem piores, somos diferentes. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em votação...

DEPUTADO SOLDADEO ADRIANO JOSÉ (PP): Senhor Presidente, *pela ordem*, fui citado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não cabe *pela ordem*, Deputado. Infelizmente não cabe *pela ordem*, V.Ex.^a teve o tempo para encaminhar o Projeto como teve o Deputado Coronel Lee. Agora, vamos à votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, esse Projeto não passou pela minha Liderança. Isso já tinha passado com o antigo Líder, quero respeitar aqui as Comissões, teve parecer favorável da CCJ, parecer favorável da Comissão de Segurança e Justiça e Comissão de Obras Públicas. Assim, ouvindo dois Deputados que são da Base, um é Oficial e um é Praça, respeitando a Casa, respeitando as Comissões, vou liberar a Bancada para essa votação, para que depois, lá, o Governo possa tomar suas devidas providências. Estão liberados os Deputados da Base.

DEPUTADO CORONEL LEE (PDC): *Pela ordem*, Sr. Presidente. O Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel Hudson, ele se dispõe a conversar com todos os senhores nos gabinetes. Ele vai mostrar técnica e juridicamente o porquê não. Ele está disposto, se os senhores puderem recebê-lo, agradecemos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado...

DEPUTADO ADRIANO JOSÉ (PP): *Pela ordem, Presidente.* Como os Deputados puderam perceber, mais uma vez, o posicionamento do Deputado Coronel Lee, apenas e tão somente é mais um dos Oficiais que mesmo sabendo que os Praças possuem todos os requisitos para poder pilotar uma aeronave, requisitos esses exigidos pela Agência Nacional de Aviação Civil, ele se posiciona contra por uma questão única e exclusivamente pessoal. Estamos aqui para analisar a constitucionalidade que existe na lei.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não há questão de ordem. Vamos à votação. Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Mas hoje é só a constitucionalidade, não é, Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Exatamente. Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Amaro, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Bührer, Deputado Galo, Guto Silva, Michele Caputo, Nelson Justus e Reichembach. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Curi, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Bührer, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tião Medeiros (33 Deputados); **Votaram não:** Alexandre Amaro, Bazana, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Luiz Fernando Guerra e Tadeu Veneri (6 Deputados); **Abstenções:** Mabel Canto, Marcel Micheletto e Tiago Amaral (3 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Galo, Gilson de Souza, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Michele Caputo, Nelson Justus e Reichembach, (12 Deputados).] Com 33 votos favoráveis, 6 votos contrários e 3 abstenções **está aprovado o substitutivo geral.**

ITEM 6 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 629/2021, do Deputado Artágão Junior, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Guarapuavana Mundo Azul, com sede no município de Guarapuava. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa dos Vereadores de Pinhão, Sr.^º Ademir Liber e Vinícius de Oliveira, por solicitação da Deputada Cristina Silvestri; do Vereador de Salto do Itararé, Sr. Carlão, do Sabão, pelo Deputado Francisco Bührer; e do Vereador de Marilu, Sr. Tuta, por solicitação do Deputado Jonas Guimarães. Sejam bem-vindos. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Artágão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Cobra Repórter, Evandro Araújo, Francisco Bührer, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus e Tião Medeiros (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 629/2021.**

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 101/2022, de autoria dos Deputados Gugu Bueno e Guto Silva, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Membra Vocal e Orquestra de Câmara de Cascavel, com sede

no município de Cascavel. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, *pela ordem*. O próximo item é um requerimento de minha autoria para fazer um convite ao Presidente do Tribunal de Contas. Na Sessão passada não conseguimos votar por falta de quórum. Gostaria de pedir aos Sr.^s Deputados que se mantivessem em Sessão para que pudéssemos votar. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok, Deputado. O requerimento está na ordem para ser submetido ao voto na sequência. Ainda há alguns Parlamentares que não votaram.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Qual o horário da Sessão de amanhã, Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Amanhã às 9 horas, Deputado Requião. Sessão às 9 horas.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): É às 9h30 ou às 9 horas, Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nove horas. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Requião Filho, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (40 Deputados); **Não Votaram:** Ademar

Traiano, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Nelson Justus, Professor Lemos e Tião Medeiros (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 101/2022.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por falta de quórum ontem, não votamos o requerimento de autoria do Deputado Homero, **Requerimento n.º 2308/2022**, solicitando o envio de convite ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Sr. Fábio de Souza Camargo, para que esclareça sobre a indisponibilidade do sistema do Tribunal de Contas do Estado do Paraná ocasionados em razão de “registros suspeitos de atividades maliciosas em sua infraestrutura tecnológica”.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Homero.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Já conversei com o Presidente, Fábio Camargo, conversamos informalmente, ele me disse inclusive que não teria nenhum problema em voltar aqui, à Assembleia, ele foi Deputado Estadual. Tem um debate com ele nas últimas semanas de alto nível. Já estive, inclusive, uma vez no Tribunal de Contas para falar de outro assunto. O que só gostaria que fosse esclarecido para a população do Estado o que houve durante esses últimos dois meses no Tribunal de Contas, porque o Tribunal de Contas praticamente não funcionou, não funcionou pelo menos parcialmente. Houve um ataque *hacker* nos sistemas do Tribunal e ontem só, o ataque aconteceu no dia 13 de maio, ontem, dia 11 de julho, os sistemas foram totalmente restabelecidos. E ele já se dispôs, nessa conversa informal comigo, a estar aqui e falar conosco se houve algum prejuízo ao banco de dados ou

acervo de processos no Tribunal; se houve, por exemplo, a perda de algum documento, alguma informação. Uma visita de cortesia a esta Casa, da qual o Tribunal de Contas, pela Constituição, é só um órgão auxiliar. Então, não é nenhuma polêmica. O Presidente Fabio Camargo será tratado com absoluto respeito. A única questão que o trará para cá será realmente informar à população se houve algum tipo de prejuízo nesse ataque e como estão as investigações em relação aos responsáveis por esse ataque. Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, queria sugerir e fazer um apelo também ao Deputado Homero, acho que um convite simbólico seria muito mais justo do que termos que votar para que o Presidente do Tribunal de Contas venha aqui. Então, acho que o convite simbólico seria muito mais...

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Não vejo problema, Sr. Líder. Para mim não tem problema. Se houver a combinação entre o Presidente Traiano e o Presidente Fabio Camargo não tem problema nenhum.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Homero, até pretendia não submeter ao voto, até porque, como é convite, faremos o convite. Então, com a sua concordância, o requerimento fica prejudicado e farei o convite ao Presidente do Tribunal de Contas.

Com sua discussão adiada, vários requerimentos: Deputada Mabel, Evandro Araújo...: **Requerimento n.º 2272/2022**, da Deputada Mabel Canto, adiado de Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte, acerca do atual andamento dos protocolos relacionados, que tratam das emendas indicadas por esta parlamentar; **Requerimento n.º 2273/2022**, do Deputado Evandro Araújo, adiado de Sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, conforme especifica; **Requerimento n.º 2274/2022**, da Deputada Mabel Canto, adiado de Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado da Saúde, acerca do número de nascimentos e da taxa de mortalidade materna infantil e fetal no Estado nos últimos 3 anos; **Requerimento n.º 2292/2022**, do Deputado Homero Marchese, adiado de

Sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Renê de Oliveira Garcia Junior, conforme especifica; **Requerimento n.º 2297/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, adiado de Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário da Educação e do Esporte, Sr. Renato Feder, sobre o cancelamento das aulas de língua espanhola na cidade de Ponta Grossa; **Requerimento n.º 2298/2022**, do Deputado Goura, adiado de Sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Secretário do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo do Estado do Paraná, Sr. Everton Luiz Souza, requerendo informações sobre o aterro sanitário da Estre, localizado em Fazenda Rio Grande, após o acidente que resultou na morte de um funcionário; **Requerimento n.º 2304/2022**, do Deputado Soldado Fruet, adiado de Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Comandante-Geral da Polícia Militar, requerendo esclarecimentos atinentes à destinação dos aprovados no concurso de soldado PM e BM, em virtude do Decreto n.º 11.626 de 2022.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Todos enviar como expediente, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como envio de expediente.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): O 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda há um requerimento do Deputado Homero: **Requerimento n.º 2332/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. César Augusto Neves Luiz, conforme especifica.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Sim, enviar como expediente, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.^{os} 2322 a 2324/2022, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa para: Sr. João de Castro Alves; Luis Antônio Delay; e Osvaldo Aparecido Oliveira; **Requerimento n.^º 2326/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o registro e envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa pelo transcurso do aniversário de 32 anos de fundação da Indústria de Pias Gheplus com sede no município de Ampére; **Requerimento n.^º 2327/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Angelo Tarantini; **Requerimento n.^º 2328/2022**, do Deputado Douglas Fabrício, solicitando o envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Vereador de Campo Mourão, mais conhecido como Tucano, Sr. Sidney Ronaldo Ribeiro; **Requerimento n.^º 2329/2022**, dos Deputados Coronel Lee e demais Parlamentares, solicitando o envio de voto de pesar ao Comando do 25.^º Batalhão de Polícia Militar e à família dos militares estaduais Ramon Pastori Goulart e Fabiano Sobrinho; **Requerimento n.^º 2330/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Monsenhor Antônio de Pádua Almeida; **Requerimento n.^º 2331/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de expediente ao Delegado Geral da Polícia Civil do Paraná – PCPR, Sr. Silvio Jacob Rockembach, conforme específica; **Requerimento n.^º 2333/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de expediente à Delegada do Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes de Maringá, Dra. Karen Friendrich, conforme específica; **Requerimento n.^º 2334/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de expediente ao Dr. Adriano Zampieri Calvo, Promotor de Justiça da 17^º Promotoria de Maringá – Ministério Público do Estado do Paraná, conforme específica; **Requerimento n.^º 2335/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o

envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Fazenda, requerendo em caráter urgência a atualização e a respectiva alteração legislativa para isentar do pagamento do IPVA sobre os veículos automotores de propriedade de pessoas com deficiência; **Requerimento n.º 2336/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Renato Feder, conforme específica; **Requerimento n.º 2337/2022**, do Deputado Homero Marchese, solicitando o envio de expediente ao Coordenador Institucional do Conselho Tutelar Zona Sul de Maringá, Sr. Rodrigo Veríssimo, conforme específica.

Requerimento com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 2325/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando o envio de providências à Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa acerca dos questionamentos e demandas elencadas na Audiência Pública que ocorreu nesta Casa de Leis na data de 8 de junho de 2022.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 2318/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6 de julho de 2022; **Requerimento n.º 2320/2022**, do Deputado Marcio Pacheco, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6 de julho de 2022; **Requerimento n.º 2321/2022**, do Deputado Francisco Buhrer, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 11 de julho de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 2319/2022**, do Deputado Artagão Júnior, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária dos dias 5 e 6 de julho de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, III do Regimento Interno (em decorrência de audiência ou evento com o Ministro do Estado): **Requerimento n.º 2338/2022**, do Deputado Soldado Fruet, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária dos dias 18 a 20 de julho de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra **Sessão Ordinária** para amanhã, às 9 horas, com a seguinte **Ordem do Dia**: Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 578/2021, 608/2021, 87/2022 e 206/2022 e do Projeto de Decreto Legislativo n.º 5/2022; 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 385/2019; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 413/2020, 629/2021 e 101/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 410/2019, 662/2021 e 257/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 15h53, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)